

PAULO GURGEL VALENTE

ECONOMISTA E CONSELHEIRO CERTIFICADO PELO IBGC

CONQUISTANDO SEU FUTURO FINANCEIRO

PLANEJAMENTO EM TEMPOS DE INCERTEZAS



ALTA BOOKS

E D I T O R A

Rio de Janeiro, 2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 NOÇÕES GERAIS E CONJUNTURA 7

CAPÍTULO 2 ORÇAMENTO FAMILIAR 29

CAPÍTULO 3 IMÓVEIS 41

CAPÍTULO 4 EMPREENDEDORISMO: NEGÓCIO PRÓPRIO 55

CAPÍTULO 5 ATIVOS FINANCEIROS – FORMAÇÃO DE PORTFÓLIO 71

CONCLUSÃO: ADVERTÊNCIAS 121

ANEXO: MATEMÁTICA FINANCEIRA 123

BIBLIOGRAFIA: ANEXO MATEMÁTICA FINANCEIRA 239

ÍNDICE 241

Introdução

GUIA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Um guia de *planejamento financeiro pessoal* é indispensável para qualquer pessoa, com a ressalva de que o assunto não pode ser esgotado em um pequeno volume como este, talvez nem mesmo em uma biblioteca completa.

Por comparação, imaginemos que estamos planejando uma viagem a Paris pela primeira vez e resolvemos comprar um guia de viagem. Paris é inesgotável, seja pela quantidade de atrações, fixas ou perenes, seja pelas novidades frequentes, e por isso mesmo talvez um pequeno guia introdutório seja necessário; além do mais, cada turista tem uma preferência, um gosto: uns preferem história; outros, artes; alguns, culinária, e por aí vai. Muitos turistas gostam de aventuras e experiências diferentes, com alta adrenalina, já outros preferem a contemplação, a repetição dos mesmos programas, a paz e o sossego.

Este guia pretende menos responder a questões e mais levantar perguntas ao leitor, levando em conta o que cada um consegue captar e adequar à sua própria experiência e necessidade, que varia a cada momento de suas vidas, além, é claro, de conformar estes cenários à questão da conjuntura do país.

Por que publicar um livro no formato de um “guia” pós-pandemia?

Podemos segmentar a história recente de investimentos de várias formas, mas, para o fim deste livro, escolhemos a seguinte:

- **Antes do Plano Real (1994) — hiperinflação:** Quando tínhamos variação de preços da ordem de dois dígitos mensais, era muito difícil planejar qualquer coisa e organizar um portfólio, a menos que se incluíssem imóveis, moeda estrangeira e aplicações

overnight bem estruturadas e, quem sabe, renda variável, que estava menos nos fundamentos do que na sorte; vivíamos, enfim, em uma pandemia econômica que parecia nunca ter fim.

- **Após o Plano Real (1994):** Durante muitos anos a aplicação financeira mais garantida e segura mantinha, em tese, um ganho real, isto é, o mercado trabalhava com a expectativa de que era possível ter rentabilidade acima da inflação e da variação cambial, o que já se apresentava como uma saída razoável.
- **Na pandemia e no pós-pandemia de Covid-19:** No Brasil e em outros países, as incertezas aumentaram como nunca e, mais do que isso, as aplicações financeiras mais seguras passaram a registrar “rentabilidade negativa”, isto é, aplicar à taxa garantida com liquidez imediata significava, na maioria das vezes, perder capital; para tentar um retorno positivo, foram necessários mais criatividade e risco.

Há uma imagem já muito usada sobre as alternativas para saciar a fome de alguém: oferecer-lhe um peixe ou ensiná-lo a pescar. Nesta obra, o leitor não encontrará fórmulas prontas, universais ou atemporais. Não haverá “não faça isso, ou faça aquilo”: a obra exigirá do leitor uma interpretação e esforço pessoal, já que tudo o que tratamos é muito particular e se aplica a cada momento. O que é constante é a necessidade do planejamento financeiro.

Assim, este livro será apresentado nos seguintes capítulos:

- **Noções Gerais e Conjuntura:** Além da apresentação geral do livro, o leitor é convidado a refletir sobre o significado do *planejamento financeiro pessoal* e sobre aspectos políticos e econômicos que caracterizam o ambiente financeiro do país, assim como a relação entre tempo e dinheiro. Este capítulo apresenta, ain-

da, uma visão de alguns aspectos de conjuntura econômica que repercutem no ambiente de negócios do país, como o nível de inflação, a determinação da taxa básica de juros (Selic), a apreciação ou depreciação do real frente ao dólar (taxa de câmbio), entre outras variáveis que influem em nosso planejamento.

- **Orçamento Familiar:** A definição do orçamento doméstico é a etapa básica para todos aqueles que iniciam a formação de um portfólio pessoal ou familiar, na medida em que serão realizadas as estimativas de receitas e despesas, com questionamentos sobre a origem e destinação dos recursos, a partir de um modelo de orçamento familiar adaptativo ao perfil de cada leitor. Trazemos considerações sobre situações de superávit e déficit, além dos conceitos sobre despesas obrigatórias e discricionárias, como encarar o endividamento pessoal voluntário e involuntário e uma análise da evolução do comprometimento da estrutura patrimonial.
- **Imóveis:** Escolher entre morar em um imóvel próprio ou morar em um alugado não é uma decisão fácil, mas pode ser bem dimensionada ao levar em conta os aspectos do orçamento doméstico e o perfil de cada grupo familiar. Neste capítulo, foram debatidas as opções entre adquirir um imóvel para uso próprio (moradia) ou como forma de investimento (rendimento via aluguel) e as considerações sobre o estado do bem a ser adquirido (em construção, pronto ou usado); também foram apresentadas simulações de financiamentos imobiliários e indicadores próprios do mercado imobiliário.
- **Empreendedorismo — Negócio Próprio:** A opção pelo negócio próprio também pode ser entendida como uma forma de alocação patrimonial dos recursos pessoais. Neste capítulo, são

abordados os conceitos de empreendedorismo e os principais passos nas transações de compra e venda de uma empresa, além da apresentação de um exemplo de estudo de viabilidade de um projeto novo ou em andamento.

- **Ativos Financeiros — Formação de Portfólio:** Neste capítulo, tratamos do perfil de risco dos investidores e de estratégias de formação e alocação de carteira, além da descrição das principais classes de ativos financeiros do mercado, tais como pós-fixados, pré-fixados, títulos de inflação (juros reais), multimercados, fundos de fundos, ações, fundos de *venture capital* e *private equity*, fundos imobiliários, investimentos no exterior e previdência privada. O capítulo teve a colaboração do economista Leonel Barbosa Rocha Pitta, Assessor sênior do Itaú Private Banking, em depoimento aos economistas Victor da Silva Catharino e Pedro Gonçalves Monni, editado pelo autor.
- **Conclusão: Advertência**
- **Anexo — Matemática Financeira:** A matemática financeira tem como principal objetivo o acompanhamento da variação do dinheiro no tempo. Assim, este anexo torna-se indispensável ao leitor ao apresentar as noções de matemática financeira aplicada ao dia a dia, como juros simples e compostos, taxas de juros no mercado financeiro, inflação, série de pagamentos ou compras parceladas, financiamentos imobiliários e compras parceladas, contando com exemplos práticos e aplicações em Excel e na calculadora financeira HP12C. Neste anexo, contamos com a colaboração de Ary Vieira Barradas, professor do Instituto de Economia da UFRJ, graduado em Matemática (IM/UERJ–1972), mestre em Matemática (IM/UFRJ–1978) e doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ.

Capítulo 1

NOÇÕES GERAIS E CONJUNTURA

O PLANEJAMENTO



Inciar-se em planejamento financeiro pessoal envolve organizar os bens que possuímos, nossas dívidas, nossos recebimentos e compromissos e nossos investimentos na moeda corrente do Brasil.

Essa conversão se dá porque a moeda tem, como sabemos, três funções básicas, sendo a primeira um meio de troca, a segunda uma reserva de valor e a terceira uma unidade de conta.

Se, então, quiséssemos resumir os objetivos deste livro, poderíamos dizer que se trata de obter reservas de valor, como na segunda opção da função básica mencionada, e usar a moeda como meio de avaliação e unidade de conta desse nosso planejamento.

Do que se trata o planejamento financeiro pessoal? Vamos por partes:

- **Planejamento:** porque, a partir da avaliação do momento presente, teremos como saber de quanto dispomos e quais são nossas receitas para atender compromissos e possibilitar investimentos, e, em caso de falta de recursos, os empréstimos e financiamentos temporários, ou uma reestruturação nos fundamentos de nossa posição e nossas perspectivas.
- **Financeiro:** por definição, consiste na questão de como financiar uma operação empresarial ou pessoal, caso que é apresentado neste livro. Em uma empresa, muitas pessoas se perguntam

como o diretor financeiro faz seu trabalho, que é equilibrar o fluxo de recebimentos e o de pagamentos com o que temos disponível no momento; no planejamento pessoal, o diretor financeiro é o próprio leitor.

- **Pessoal:** pois estamos considerando nossa unidade pessoal ou familiar, e essa unidade tem características muito semelhantes a uma operação empresarial, já que ambos recebem, pagam, investem ou fazem empréstimos.

Ocorre que a tradição do Brasil — por diversos motivos que a esta obra não será proveitoso explicar — foi de inflação muito alta em comparação aos países desenvolvidos e monetariamente estáveis.

Por conta dessa inflação tão alta no século XX, nossa moeda teve sete variações: mil-réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo, cruzeiro real e real, o que dificulta muito a avaliação ao longo do tempo: experimente buscar uma avaliação atual, somente pela variação monetária, de um imóvel adquirido no tempo em que a moeda era o cruzeiro — podemos garantir que não será uma tarefa fácil, devido à conversão, ao número de zeros, a tabelinhas etc. É claro que isso é só um exemplo, pois a conversão monetária do valor de um imóvel neste longo tempo não tem a ver somente com a variação de moeda, mas com diversos fatores de mercado, depreciação, estado de conservação, localização e momento de demanda e oferta de imóveis equivalentes.

Acresce que, no Brasil, a guarda de moeda nunca foi uma coisa simples; se quisermos uma recordação da história basta lembrar do Plano Collor (março de 1990), quando houve nada menos que o surpreendente confisco das contas correntes, da poupança e de investimentos, para devolução muito tempo depois em parcelas corrigidas pelos magros rendimentos da caderneta de poupança.

Em junho de 1994, tivemos a criação do real que, felizmente, prevalece até hoje. No entanto, para ter uma ideia, naquele ano a cotação cambial era de R\$/US\$0,83, ao compararmos com 2021 (em R\$/US\$5,50), são mais de 560% em quase trinta anos; a inflação medida pelo IPCA/IBGE foi de 556%. Analisando somente este cálculo já percebemos que o leitor, o planejador financeiro pessoal, não tem um trabalho fácil; a perda do valor da moeda frente a uma cesta de bens determinada — em outras palavras, o que chamamos de inflação dos preços — é grande, mesmo fora da hiperinflação.

Menos de cinco anos depois da criação do real tivemos, em janeiro de 1999, um novo susto forte: o dólar passa a ser cotado a R\$1,99, em maxidesvalorização nunca antes vista, 65% em um mês.

A inflação e a desvalorização cambial infelizmente estão longe de ser nossos únicos problemas na área política e econômica. A seguir, vamos listar alguns dos problemas que, em nossa opinião, caracterizam nosso país.

A incerteza jurídica que contamina o ambiente de negócios

O Brasil está em péssima posição no ranking *Doing Business*, organizado pelo Banco Mundial. O que isso significa? Empreender no Brasil, isto é, estabelecer uma empresa de qualquer porte, não é uma tarefa fácil, já que o ambiente que nos cerca não é favorável — há excesso de burocracia, carga fiscal muito pesada, legislação trabalhista e, também, dificuldades e elevados custos de captação de recursos, sejam de risco, sejam de empréstimo. Se é difícil empreender, também não é fácil se empregar, manter um emprego e se desenvolver, o que afeta nosso planejamento financeiro pessoal. Em outras palavras, estamos mais cercados de dificuldades do que facilidades.

A torrente de escândalos de corrupção aliada ao populismo e à idolatria personalista

Nosso sistema político é muito pouco desenvolvido, fruto de nossa baixa educação e desigualdade social: é complicado definir onde uma delas começa e a outra termina, pois são fatores de alimentação mútua. A falta de educação moral e o deficiente sistema de controles do governo, em todas as suas esferas, propiciam a alguns poucos funcionários do governo — muitos indicados por políticos inescrupulosos — o enriquecimento ilícito, o que é muito desestimulante para as atividades econômicas e constitui um desvio de conduta em uma sociedade democrática como a que desejamos.

A lentidão da justiça e sua parcialidade

Nosso sistema judiciário é extremamente lento e, por isso, as diversas questões da sociedade não têm respostas a tempo adequado; por meio de alguns exemplos torna-se fácil compreender essa colocação.

Vamos pensar na dificuldade de cobrar uma dívida não paga quando necessitamos recorrer ao sistema judiciário; além da lentidão, muitas vezes os juízes querem fazer justiça social pelas próprias mãos, o que não é de sua competência, e acabam por proteger a quem mais têm apreço, fato este que causa menos inconformismo quando presenciado na aplicação de políticas públicas do que nas decisões judiciais. Quando falamos de dívida, neste caso, podemos citar também a cobrança, pelo locador, de aluguéis atrasados pelo locatário ou, ainda, na justiça trabalhista, uma tendência de proteção desmedida do trabalhador em muitos casos, o que causa uma retração na contratação de mão de obra.

O baixo nível de escolaridade da população

É notório que a expansão recente do desenvolvimento de países bem-sucedidos está fundada na melhoria educacional (países escandinavos, Coreia do Sul etc.). No Brasil, essa situação dificulta a mobilidade social e a maior eficiência da economia, isto é, sua produtividade, e isso é grave ao levarmos em conta o consenso de que a economia avança pelo aumento da produtividade. Como definição, produtividade é conseguir produzir mais com menos recursos, tanto matéria-prima quanto mão de obra ou todos os recursos que compõem o produto final fornecido ao consumidor.

A fragilidade da infraestrutura logística

Além do ambiente de negócios não nos ser favorável, a infraestrutura logística no Brasil (portos, aeroportos, estradas, ferrovias) é precária, o que limita o crescimento e o retorno dos investimentos. Basta observar que os transportes no Brasil — país de dimensões continentais, como os EUA ou o bloco da União Europeia — são feitos por rodovias em geral mal mantidas e com custos excessivos de combustível e materiais de manutenção. Não temos ferrovias adequadas ou transporte fluvial e marítimo de cabotagem que possa facilitar nossa vida empresarial. Tudo isso onera a produção e a distribuição e quem paga no final é o consumidor, logo, isso afeta diretamente nosso planejamento financeiro pessoal.

TEMPO E DINHEIRO

Quando falamos em dinheiro, a ideia de tempo está sempre presente. Vejamos:

- Ganhamos tantos reais por **mês**.
- A prestação do imóvel ou o aluguel é **mensal**.
- Os impostos são **mensais**, **trimestrais** ou **anuais**.
- As contas básicas de serviços de concessionárias, condomínio, escola, planos de saúde etc. são **mensais**.
- As aplicações financeiras são por um prazo determinado, geralmente mensal ou anual.
- Os juros são calculados por período (**dia, mês, ano**).
- Os lucros das empresas e os dividendos são apurados periodicamente, por **mês**, **trimestre** ou **anualizados**.

É, portanto, indispensável saber compatibilizar **tempo e dinheiro**. Mas como planejar essa formação de patrimônio e usufruir dele ao mesmo tempo?

Para responder a isso, voltaremos a uma questão fundamental: o dinheiro em si não tem utilidade, pois sua função é se transformar em bens e serviços consumíveis, duráveis ou bens como imóveis, seja imediatamente, seja no futuro. Sim, a acumulação e a formação de reservas com investimentos trazem tranquilidade no sentido de que o consumo futuro está garantido. Este é, aliás, o sentido da previdência social, poupar enquanto a atividade laboral existe e acumular para garantir os desembolsos para o sustento no período de aposentadoria, já que a previdência social não mantém o padrão de vida anterior.

Neste momento fica clara a necessidade do equilíbrio das decisões, não só sobre o presente mas quanto ao futuro, indiretamente implicando o “gerenciamento de riscos”, seja de nossas receitas e despesas presentes e futuras, seja de como vamos organizar a guarda de nossas reservas, com manutenção do seu poder aquisitivo e um aumento como prêmio de espera pelo consumo, por meio de juros, dividendos, valorização de ativos e outras receitas possíveis.

É preciso considerar o conceito econômico de escassez; só no paraíso teremos vales verdes com abundância de leite e mel, como nos relataram os tempos bíblicos. Vejamos que, até pouco tempo atrás, tudo era escasso, menos a água e o ar. Hoje, o ar puro e a água limpa são escassos, e muito.

Não há como fugir da aritmética básica, o conceito fundamental em nosso planejamento financeiro pessoal: é impossível sempre gastar mais do que ganha; no entanto, embora pareça óbvio, grande parte dos agentes econômicos — pessoas, famílias, empresas e governo — se esquecem desse princípio.

Evidentemente, para suprir algumas necessidades imediatas fora do tamanho de nosso fluxo de caixa e reservas, há sempre a possibilidade de financiamentos. Neste ponto vale pensar no sistema bancário inglês, no qual se oferecem *advances*, adiantamentos de receitas futuras, já que se pressupõe que os financiamentos serão pagos com recebimentos futuros, por isso o conceito de adiantar-se ao fluxo deles.

Isso é válido para o mais tradicional financiamento para pessoas e famílias, o financiamento imobiliário, já que adquirir um imóvel para sua residência própria pode ser um dos projetos da vida financeira. Posteriormente, em um capítulo deste livro vamos discorrer com mais profundidade sobre este tema e sobre a conveniência de obter um financiamento imobiliário cujas prestações, juros e seguros caibam no orçamento atual e futuro.

Este financiamento imobiliário — assim chamado pois está vinculado a um bem dado em garantia, não se compara a empréstimos de curto prazo, que são realizados sem garantia específica, a não ser o bom nome do devedor, para resolver eventualidades e emergências.

Por semelhança, podemos falar nas empresas que têm empréstimos de curto prazo para financiar a produção e financiamentos de longo prazo para aquisição de bens de maior valor e que terão durabilidade contada em anos.

Já nos governos, temos a eterna questão do endividamento, que ultrapassa o raciocínio lógico normal e razoável, turvado pela “política”. Algumas funções da sociedade não podem esperar, sejam de curto prazo — o combate à pandemia e o auxílio emergencial, por exemplo —, sejam de longo prazo, como investimentos, e para tanto não se conhece país que não tenha recorrido à dívida pública, o que comentaremos mais à frente. Aliás, a “compra” dessa dívida pública, os títulos de crédito emitidos pelos Tesouros de cada país, constituem uma forma de investimento pessoal que será descrita como opção de ativos financeiros em seus distintos formatos.

Note que o incentivo a poupar deve ser do indivíduo, ou melhor, é importante ter em mente que o esforço do poupador é mais importante em geral do que o retorno que será obtido normalmente pelos investimentos financeiros. Em outras palavras, não se devem esperar “milagres” — isto é, efeitos sem causa extraordinários, a não ser em ocasiões muito raras. Para radicalizar o exemplo e facilitar a sua compreensão, imagine o “investimento” da compra de um bilhete de loteria, cuja probabilidade de acerto deve estar na casa de centésimos de milionésimos, um pequeno esforço para um grande retorno. Assim, o planejador financeiro deve ter como expectativa retornos razoáveis e não “grandes tacadas”, *inside information*, nem *beginners' luck*. A mate-

mática é clara: em uma mesa de jogo com apostas reiteradas, a banca sempre vence.

Assim, uma forma de tomar cuidado é imaginar que nossas economias podem ser remuneradas tendo como base as taxas de juros de longo prazo dos títulos do Tesouro Nacional (seja na modalidade de renda pré-fixada, seja corrigida pela inflação) mais juros; acima deste patamar, vamos encontrar mais riscos e menor liquidez, objeto de outro capítulo, com mais detalhes.

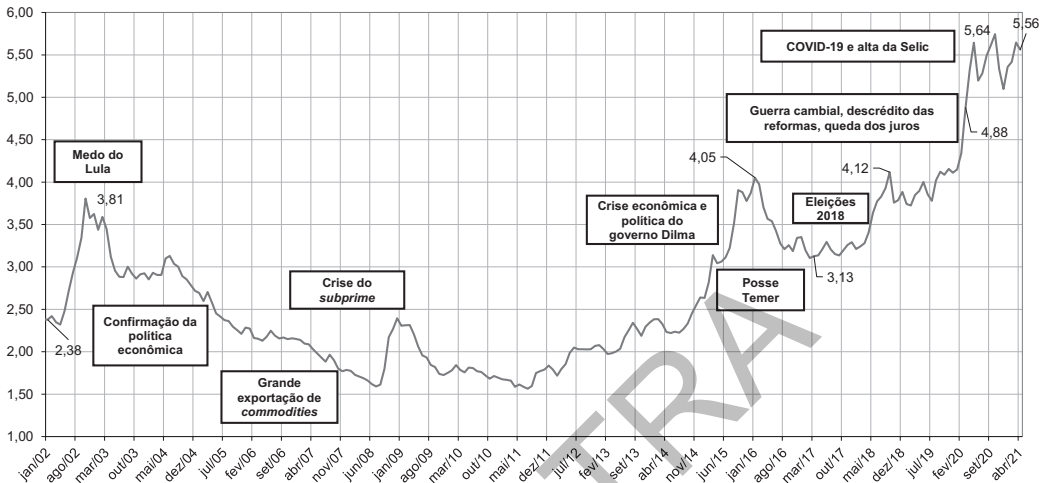
CONJUNTURA



Quando pensamos em planejamento financeiro, precisamos estar atentos aos dados gerais da conjuntura econômica presente — e de sua evolução do passado até hoje — para saber onde nos situamos.¹

No quadro seguinte temos a evolução da taxa de câmbio do dólar (R\$/US\$) ao longo do tempo, que está vinculada a diversos episódios políticos e econômicos, desde a insegurança até os fluxos de capitais internacionais relacionados a investimentos, empréstimos e exportações e importações, o fluxo financeiro do Brasil com outros países.

¹ A versão atualizada dos gráficos deste livro está disponível no site www.altabooks.com.br (mediante busca pelo título ou ISBN do livro).

GRÁFICO 1 TAXA DE CâMBIO NOMINAL R\$/US\$**Nominal — comercial — venda (média mensal)****(JAN/2002–ABR/2021)**

Esse gráfico é interessante pois uma parte dos bens que consumimos é importada, seja o produto final, sejam produtos intermediários, de modo que a taxa de câmbio afeta nosso poder aquisitivo indiretamente: até mesmo bens exportados pelo Brasil, como carne, por exemplo, têm cotação internacional, e assim o mercado interno reflete essas variações da cotação e de sua conversão em moeda nacional.

Vale também ponderar que a taxa de câmbio está diretamente ligada à inflação de preços no país, talvez um dos componentes mais importantes e presentes em todo o nosso planejamento financeiro pessoal, pois afeta tanto nossos recebimentos como nossos desembolsos, o estoque de nossas reservas e nossas dívidas.

Como exemplo prático, recentemente ouvimos de um funcionário público brasileiro aposentado que mora em Portugal como a cada mês o crédito do valor de sua aposentadoria variava em função da taxa de